

## Cafecultura, Mercados Financeiros e Industrialização em Minas Gerais

Anderson Pires\*

### Introdução

A Teoria do Desenvolvimento voltado para as exportações é bem conhecida e aplicada por parte dos economistas sobre a realidade brasileira. No entanto, outro tem sido seu destino e o acompanhamento de sua evolução por parte dos historiadores ainda voltados para as grandes questões sobre a formação histórica do capitalismo brasileiro. Introduzida e generalizada no país a partir da Escola da Cepal (entre outras vertentes), teve seu destino irremediavelmente atrelado à assim chamada “teoria dos ciclos de exportação” que, como se sabe, foi idealizada por Lúcio de Azevedo e aplicada entre nós por Roberto Simonsen<sup>1</sup>. Entre nossos historiadores ocorreu com o tempo uma espécie de “mutação” teórico-analítica reduzindo o conjunto de seu corpo teórico aos estreitos limites da versão cepalina e à nulidade do simplismo metodológico da teoria dos ciclos.

Muito além da versão estruturalista-cepalina, a teoria encontrou uma forte expressão em outros países, em especial na obra de Harold Innis, base da conhecida “*Staple Thesis*”<sup>2</sup>. Dotado de um de um interesse e conhecimento que iam muito além da teoria econômica, Innis foi um daqueles economistas cujo brilhantismo decorria exatamente da variedade e ecletismo disciplinar e metodológico. Innis concebia a economia essencialmente como um fenômeno social com fortes determinações e

---

\* Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP)

<sup>1</sup> LINHARES, M.Y. E TEIXEIRA, F.C. (1981). **História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias**. Ed. Brasiliense, São Paulo.

<sup>2</sup> Ver, entre outros, NEILL, R. (1991) “*The Staple Thesis, 1920-1940*”. In **A History of Canadian Economic Thought.**, Routledge, New York and London. BARAGAR, F. (1996). “*The Influence of Thorstein Veblen on the Economics of Harold Innis*”. **Journal of Economic Issues**. Vol. 30, n. 3. DRACHE, D.(1995) “*Celebrating Innis: The Man, the Legacy and Our Future.*” In Id. **Staple, Markets, and Cultural Change**. McGill Queen’s University Press, Montreal.

condicionamentos recíprocos com os universos antropológicos, políticos e culturais das sociedades<sup>3</sup>. Apenas para ficarmos em um exemplo, sua concepção de mercado se aproxima muito de algumas definições contemporâneas (principalmente antropológicas) e do grande debate que tem ocorrido em torno delas<sup>4</sup>. Para ele “...os mercados surgem das relações sociais, (...) e como principal mecanismo da vida econômica era socialmente determinado e historicamente construído sobre diferentes condições de produção e diferentes circunstâncias históricas”<sup>5</sup>.

Desta forma, para a “*Staple Thesis*” se o ponto de partida da análise constitui a base de exportação do produto principal, são as determinações desta com a evolução dos fenômenos sociais, geográficos e culturais, além das modificações que viriam a sofrer como parte da integração das sociedades ao mercado mundial, que se colocavam como centro de análise. Aspectos próprios destas economias como seus mercados internos (anteriores ou concomitantes à expansão do produto principal), as hierarquias sociais, o contexto cultural herdado, entre outros, são considerados imanentes ao funcionamento das economias exportadoras.

Outro componente essencial de sua abordagem está na importância dada à geografia econômica e à questão da distribuição espacial dos mercados. O ponto de partida das características físicas do produto de exportação abriu-lhe um espaço de análise em que os aspectos naturais terão papel essencial, com destaque pelo condicionamento que implicam nas inúmeras formas de organização da produção, relações sociais e, principalmente, pela consideração regional e espacial dos mercados.

A concepção *regional* da organização das economias de exportação se torna, assim,

---

<sup>3</sup> É Curioso perceber que Innis se auto-denominava “a dirt economist” exatamente por levar em conta estes aspectos dentro do universo da economia, em contraposição aos seus colegas. DRACHE, D. (1995). Op. Cit. p.xv

<sup>4</sup> HUMPHREYS, S.C. (1969). “*History, Economics, and Anthropology: The Work of Karl Polanyi.*” **History and Theory**. Vol 08, n. 02. SWEDBERG, R. (1994) “*Markets as Social Structures.*” In SMELSER, N. and SWEDBERG, R. **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton University Press.

<sup>5</sup> DRACHE, D. (1995). Op. Cit. p. xxxii-xxxiii

quase que um pressuposto de análise e a simbiose homem/natureza, explícita ou implicitamente presente, surge como um instrumento estratégico de explicação, antecipando várias questões da “História Ambiental” que vem se desenvolvendo nos dias atuais.

Mais recentemente tem surgido uma outra teoria que tem como foco central as economias de exportação e seu maior ou menor potencial de desenvolvimento econômico. Trata-se da abordagem das Cadeias Globais de Mercadorias (*Global Commodity Chains*), também com o devido impacto entre os economistas do país, mas aparentemente ainda desconsiderada pelos historiadores<sup>6</sup>.

Incorporando e superando a “*Staple Thesis*”, a abordagem das redes ou cadeias de mercadorias tornou o produto primário como eixo de análise, mas o fez de uma forma tal que suas estruturas de produção, redes de comercialização interna e externa, distribuição nos países importadores e o próprio consumidor final constituem elos de uma cadeia que se torna um objeto em si mesmo, uma “totalidade” a ser investigada em seus componentes e determinações recíprocas. Como são componentes permeados e contextualizados pelo tecido social e que se identificam com distintos campos das Ciências Sociais torna-se desnecessário insistir na natureza metodológica interdisciplinar da abordagem.

São várias as observações que podem ser feitas como decorrência desta percepção. Para efeitos de nosso argumento, uma das mais importantes é que ela implica na supressão da entidade Estado Nacional como o ponto de partida da análise. São os processos de interação entre os universos micro (aquele da produção realizada em âmbito local e regional) e macro (o próprio mercado internacional e os países importadores), com os devidos componentes da intermediação comercial desde a

---

<sup>6</sup> GEREFFI, G. AND KORZENIEWICZ, M. (1994). **Commodity Chains and Global Capitalism**. Prager, Connecticut/London. Topick, S. and Clarenth-Smith, W. G. (2003). **The Global Coffee Economy in Asia, Africa, and Latin America**. Cambridge University Press.

exportação até o consumo final, processos que *ocorrem acima e abaixo do âmbito do Estado Nacional*<sup>7</sup>, que se colocam como o foco central da abordagem.

Em outras palavras, trata-se de ressaltar o avanço analítico da superação daquelas visões que partiam do conjunto das economias de exportação, normalmente considerado como entidade abstrata, sem a devida diferenciação espacial interna e confundido com a região de maior importância na produção deste ou daquele país<sup>8</sup>. Assim, aquelas regiões “secundárias”, de produção inferior e que muitas vezes se caracterizavam por importantes diferenças locais na organização da produção, regime fundiário e formas de exploração podem ser compreendidas em toda sua singularidade. Muitas vezes elas próprias são percebidas como cadeias específicas uma vez que as relações que ocorrem entre produtores e os comerciantes internos, beneficiadores do produto ou mesmo os canais de exportação se alteram significativamente dentro de um mesmo país<sup>9</sup>.

## 2. Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” Cafeeira (1850-1929)

São muito reveladores os aspectos que surgem quando tentamos aplicar sobre a economia cafeeira de Minas Gerais alguns dos conceitos e categorias analíticas herdadas das abordagens ou teorias que discutimos anteriormente. De início, cabe ressaltar que a delimitação espacial desta economia salta aos olhos de imediato<sup>10</sup>. A região aqui em referência se define por uma série de simetrias e assimetrias, continuidades e rupturas com o contexto histórico imediato no qual surgiu e vai se desenvolver. Se identificada pela natureza exportadora com as principais regiões

---

<sup>7</sup> GEREFFI, G. AND KORZENIEWICZ, M. (1994). Op. Cit. p. 02

<sup>8</sup> Para o caso brasileiro ver tipicamente CANO, W. (1979). **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**, Difel, São Paulo.

<sup>9</sup> SAMPER K. M. (2003). “*The Historical Construction of Quality and Competitiveness – A Preliminary Discussion of Coffee Commodity Chains.*” In TOPICK, S. and CLARENCE-SMITH, G. Op. cit.

<sup>10</sup> PIRES, A. (2004). **Café, Finanças e Bancos – Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas (1889-1930)**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo.

cafeiras do país, será sua inserção no espaço político-administrativo mineiro (tradicionalmente vinculado ao mercado interno) que lhe fornecerá um primeiro contorno importante.

Contrariando as raízes mineiras, a Zona da Mata constituiu uma típica economia voltada para a produção e exportação de café que, a partir de meados do século XIX, vai se tornando o espaço econômico mais rico do estado até pelo menos o final da década de 1920. A mesma natureza exportadora que identifica a zona da Mata com outras regiões do país será o principal elemento delimitador de seu espaço no interior do território mineiro.

Além disto, o estado de Minas era constituído por distintas regiões precariamente integradas entre si ao ponto da noção de “mosaico mineiro” ser extremamente apropriada para o entendimento da evolução econômica da zona da Mata, especialmente quando ressalta o desenvolvimento das regiões mineiras “...em diferentes linhas de tempo”<sup>11</sup>.

Ao contrário da expansão e evolução de uma agricultura voltada para a produção de alimentos, aqui temos um exemplo claro da forma em que se deu a incorporação de diferentes regiões da América Latina ao mercado internacional no século XIX, na base do liberalismo e do laissez-faire. Seu processo de desenvolvimento econômico esteve atrelado completamente à expansão capitalista que ocorreu em parte da periferia do sistema mundial no século XIX: a industrialização, a eletricidade, as estradas de ferro, expansão e consolidação do trabalho assalariado, “modernização” social e cultural. Tantas foram as diferenças na formação histórica da Zona da Mata que

---

<sup>11</sup> WIRTH, J. (1982). **O Fiel da Balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937**. Paz e Terra, São Paulo.

um velho historiador a definiu como uma “...ruptura com o passado histórico de Minas Gerais.”<sup>12</sup>

Mas a presença da região dentro do território mineiro trouxe ainda outros elementos dignos de atenção. A condição interiorana do estado de Minas pode ser analisada como uma contradição com a natureza externa da economia da Mata, o que marcará definitivamente sua posterior evolução estrutural, além de avançar na sua definição como espaço agroexportador próprio. Pelo menos até o final do século XIX, todo o fluxo de exportação da produção da região será realizado a partir do aparelho comercial e financeiro localizado no Rio de Janeiro<sup>13</sup>. Este aspecto é crucial uma vez que revela que o espaço de comercialização externa do produto não se definia no mesmo espaço da produção, um componente da condição marginal da Mata no conjunto da área de produção do país.

Mais ainda se pensarmos, no interior do universo do território político do estado, que a estratégia utilizada pelas elites mineiras para solucionar o problema de sua integração econômica passou pela criação e construção de um centro político-administrativo também localizado fora dos limites da região, um outro condicionante definitivo da posterior evolução de sua economia de exportação.

Revelam-se assim dois pontos específicos representantes da natureza periférica ou marginal da economia exportadora na zona da Mata, ambos decorrentes de sua posição interiorana e potencialmente vinculados a espaços de absorção de excedente econômico gerados em seu interior, ou assimetrias espaciais na distribuição de recursos que vão caracterizar estruturalmente a economia exportadora da Mata. O primeiro representado pelas funções do capital comercial na absorção de recursos do produtor

---

<sup>12</sup> PEDROSA, M.X. (1962). “Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – A zona da Mata”. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. 9:189-230, Belo Horizonte

<sup>13</sup> WIRTH, J. (1982). Op. Cit. LIMA, J.H. (1981). **Café e Indústria em Minas Gerais – 1870-1920**. Vozes, Rio de Janeiro e CANO, W. (1985). “Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras.” In **Revista Estudos Econômicos** (1985) São Paulo, 15(2): 291-306, mai/ago

via comissão e financiamento da produção; e o segundo representado, por sua vez, pelo núcleo do aparelho político-administrativo do estado e o que significou na canalização de recursos via impostos sobre exportações e sua distribuição para outras regiões de Minas.

Contudo, é a evolução da produção da região e sua posição dentro do comportamento da produção do país e, principalmente, frente àquele dos principais produtores mundiais –numa primeira aproximação com a abordagem das redes mundiais de mercadorias- que vão se colocar como um dos principais elementos delineadores da Mata como um espaço agroexportador próprio.

A Cadeia Global do café sofreu substanciais mudanças no correr do século XIX. A estrutura de sua demanda vinha se transformando substancialmente desde o final do século XVIII. De uma bebida exótica e de luxo, restrita ao consumo das elites, o café gradualmente foi se incorporando ao crescente mercado de consumo de massa inerente à expansão industrial pelas suas características físicas (ou valor de uso). Como um forte estimulante, a generalização de seu consumo desempenhou papel importante na disciplina e rigidez típicas do novo processo de produção. A particular combinação do café com o ritmo típico de sociedades cada vez mais “modernas” é um componente essencial para a compreensão do comportamento social de sua demanda no longo prazo.<sup>14</sup>

Mas também a evolução da oferta merece por nós alguma atenção. A distribuição mundial da produção experimentou grandes mudanças até o final do século XVIII, quando foi introduzido no Brasil<sup>15</sup>. Foi aí, onde encontrou condições naturais quase perfeitas, que iniciou-se a longa queda do preço do produto no mercado internacional que permitiu o firme crescimento da demanda que ocorreu no período. Foi

---

<sup>14</sup> TOPICK, S. AND CLARENTH-SMITH, W. G. (2003). Op. cit. Jamieson, R. W. (2001). Op. Cit.

<sup>15</sup> Id. ib.

a proporção que a produção cafeeira do Brasil assumiu na base da cadeia internacional do café (de longe, o principal produtor mundial), bem como as condições da organização interna de sua produção (na forma em que se deu a mobilização e distribuição dos fatores e delineamento social) que possibilitaram a verdadeira revolução que ocorreu na reestruturação da rede global desta *commodity* entre o final do século XIX e o início do XX.<sup>16</sup>

No quadro geral de nossa historiografia, a economia cafeeira de Minas tem sido grosseiramente identificada com aquela que se desenvolveu no Rio de Janeiro<sup>17</sup>. Assim, também o comportamento geral de sua produção é definido dentro dos parâmetros cronológicos básicos em que ocorreu a produção fluminense: com um apogeu definido em meados do século XIX e um processo de crise que começa a se delinear nos anos 1880 e que encontrou na abolição e na crise dos preços do produto do início do século XX seus contornos definitivos.

A identificação do comportamento da produção de Minas com aquele do Rio não encontra qualquer fundamento com a realidade<sup>18</sup>. Utilizaremos como referência de análise aqui, propositalmente, os dados organizados por um dos principais autores representativos da tendência aqui em questão<sup>19</sup>. Por estes dados verificamos que a produção de Minas, entre os períodos de 1876-1880 e 1921-1930 cresceu cerca de 349% (saltando de 767 mil para 3.445 mil sacas), 92% apenas entre as décadas de 1891-1900 e 1921-1930, para ficarmos na fase do pós abolição.

Frente ao Rio de Janeiro há uma completa reversão no quadro. Do início ao fim da série este estado experimentou um declínio de 47%, perdendo a primazia da produção para São Paulo e a própria posição de segundo maior estado produtor para

---

<sup>16</sup> LESSA, C. (2000). **O Rio de Todos os Brasis**. Ed. Record, São Paulo.

<sup>17</sup> Ver, entre tantos, LIMA, J.H. (1981). Op. Cit. e CANO, W. (1985). Op. Cit.

<sup>18</sup> PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1929)**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.

<sup>19</sup> CANO, W. (1985), tabela 1 p. 293



Minas na década de 1890. Minas Gerais manterá a posição de segundo maior produtor do país desde o final do século XIX até a segunda década do século XX, numa média que varia em torno dos 18 a 20%, acompanhando, aliás, o ritmo de crescimento total da produção do Brasil no mesmo período (340% e 349% respectivamente).

Encontramos também aqui outro importante elemento delimitador da economia agrária de exportação da Mata, já que Minas possui um ritmo e comportamento absolutamente singulares no conjunto da produção do país: mesmo estando distante do dinamismo paulista, também não pode ser identificada com o declínio e decadência da região fluminense. Uma vez que será o dinamismo da produção de exportação o principal componente do potencial e de delimitação da expansão capitalista, teremos aqui uma característica que vai diferenciar a principal região produtora de Minas principalmente em sua evolução posterior à abolição da escravidão. Por outro lado, pela importância que assume na produção do país, pode ser colocada na base da produção de uma cadeia global da commodity cafeeira, com todas as conseqüências no âmbito teórico-analítico que esta posição vai acarretar.

Para isso também é importante verificarmos a proporção que a produção da região, isoladamente, assumirá no total da produção mundial no período. Quando vista em conjunto sabemos que a produção de São Paulo sozinha corresponde a cerca de 50% da produção mundial em boa parte do período que estamos estudando. Isto dá a este estado uma posição também única no mundo. A economia de São Paulo tem sido tomada como “o modelo” para o estudo das economias agroexportadoras cafeeiras, principalmente no que se refere à relação do café com a indústria e com a expansão capitalista de uma forma geral. Mas do ponto de vista da cadeia global de mercadorias pode ser entendido mais como exceção do que propriamente uma regra<sup>20</sup> e outras

---

<sup>20</sup> Ver também DULCI, O.S. (1999). **Política e Recuperação econômica em Minas Gerais**. Ed. UFMG, Belo Horizonte.

experiências em que o café desempenhou papel essencial na transição capitalista devem ser consideradas em sua importância.

Se retomarmos a questão da zona da Mata como base de uma cadeia global específica do café, poderemos compreender a posição que a região assumiu na distribuição mundial da oferta. Tomando como base aquela que é, talvez, a principal fonte sobre a produção de café em Minas, percebemos que a produção mineira é maior que a de países inteiros, como, por exemplo, a Colômbia<sup>21</sup>. Supera também a produção de toda a América Central e México reunidos, no período que vai de 1881 até 1925. Além disto, excluído o Brasil, teve produção superior a toda América Latina até o quinquênio de 1916-1920<sup>22</sup>, sendo superada apenas no final dos anos 1920.

Estamos, assim, entre uma das principais regiões cafeeiras do mundo, provavelmente a segunda maior região produtora (quando se compara com a produção de países da África e Ásia), o que lhe garante uma posição bastante singular na distribuição mundial da oferta no período aqui considerado.

### **3. Efeitos de Encadeamento, Industrialização e Finanças: A Formação do “Complexo Agroexportador” em Minas Gerais**

Guardadas as condições de dinâmica da produção, delimitação regional e inserção no quadro geral da distribuição espacial da oferta no Brasil e entre os principais produtores mundiais, cabe a esta análise verificar o universo interno e a evolução estrutural da economia agroexportadora da Mata mineira.

---

<sup>21</sup> Numa variação que vai de 905% no quinquênio de 1880-84 (65,06 mil toneladas para 6,5 mil, respectivamente) até 94,37% no quinquênio de 1915-19 (152,43 e 78,48 mil toneladas) e 43,61% no quinquênio de 1920-24 (183,28 e 127,62 mil toneladas).

<sup>22</sup> 141,46 mil toneladas para a primeira e 152,43 para Minas Gerais

Deve ser entendido que o processo de ocupação e expansão cafeeira na zona da Mata iniciou-se na primeira década do século XIX<sup>23</sup>, mas só encontrará sua consolidação e efetivo desenvolvimento a partir de meados deste mesmo século, em especial devido ao aprimoramento da rede de transportes, de início com a fundação da rodovia União e Indústria (1861) e, posteriormente, com a chegada da estrada de Ferro (em 1875). Esta delimitação cronológica é importante porque é a partir dela que podemos entender a defasagem que marca os ciclos de produção do Rio e da Mata, fornecendo a Minas outras condições objetivas de produção na medida em que avançamos no século XX.

De qualquer forma, como tantas outras regiões, a expansão do café pela zona da Mata mineira foi acompanhado pela criação de uma série de núcleos urbanos, complementares à economia de exportação, de dimensões variadas, mas que encontraram em Juiz de Fora sua referência mais importante, uma vez que o município consolida sua função de entreposto comercial gradualmente, na medida em que se dá a própria expansão e aprimoramento da rede de transporte integrando a região. Formou-se assim, no interior da Mata, uma hierarquia urbana responsável pela colocação de Juiz de Fora como o principal núcleo da região, o espaço mais importante em que irá se concretizar a diversificação econômica e setorial típica da expansão capitalista<sup>24</sup>.

Em conseqüência, os efeitos de encadeamentos gerados na produção de café da região foram em grande parte internalizados, mesmo que levemos em conta os limites que a zona da Mata vai encontrar para seu desenvolvimento. São relativamente conhecidos os aspectos básicos do processo de crescimento urbano de Juiz de Fora, em

---

<sup>23</sup> OLIVEIRA, M.R. (1999). **Negócios e Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870**. Tese de Doutorado, UFF, Niterói.

<sup>24</sup> PIRES, A. (2004). Op. Cit.

especial a partir da década de 1880<sup>25</sup>. A nós, aqui, caberá principalmente aprofundar a análise do que consideramos o desenvolvimento de um setor financeiro na própria região e as relações que estabeleceu com os outros setores da economia, principalmente a indústria, sempre tendo em mente a abordagem dos efeitos de encadeamento e da cadeia global de mercadorias como referência teórico-analítica.

Antes de tudo, deve-se ressaltar que a abolição da escravidão representou uma profunda e até certo ponto singular reorganização social no universo regional da produção de exportação<sup>26</sup>. Encontramos na zona da Mata uma miríade de relações sociais que implicaram em uma maior ou menor articulação da força de trabalho com o mercado e a conseqüente formação de um espaço social de demanda de bens manufaturados assalariados. A noção de efeitos de encadeamento de consumo, mais que uma mera distribuição de fatores, encontra na forma de organização social do processo produtivo um de seus componentes mais significativos.

Mesmo distante dos padrões paulistas, esta reorganização social da produção na Mata mineira provocou em um notório processo de industrialização que acabou por colocar o município de Juiz de Fora como o principal centro industrial do estado (superando inclusive sua capital) até o final dos anos 1920. O número de empresas industriais no município cresceu de 45 em 1907 para cerca de 186 em 1920 e abrangendo uma diversificação setorial que incluía têxteis, bebidas e alimentos industrializados, materiais de construção, mecânica e metalurgia, couro, papel, cimento, entre tantos<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> MIRANDA, S. (1990). **Cidade, Capital e Poder: Políticas Públicas e Questão Urbana na Velha Manchester Mineira**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.

<sup>26</sup> SARAIVA, L.F. (2001). **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói. PIRES, A. (1993). Op. Cit.

<sup>27</sup> PIRES, A. (2004). Op. Cit.

Contudo, apesar de sua dinâmica e do grande porte de algumas, a restrição de muitas aos mercados local e regional marcou este parque industrial com unidades que, quando comparadas aos grandes centros industriais, lhes configura apenas dimensões pequenas e médias, o que será essencial para compreendermos seu processo de expansão e financiamento.

Ao mesmo tempo Juiz de Fora testemunha grandes transformações em seu setor comercial. A partir dos anos 1890, a cidade conhece um amplo processo de desenvolvimento comercial, com destaque para o surgimento de várias empresas atacadistas, de dimensões variadas, normalmente voltadas para a comercialização de alimentos, mas não estando ausentes aquelas que negociavam com equipamentos, máquinas e produtos importados, correspondendo em parte à função que o comissário desempenhava no aprovisionamento de bens destinados aos fazendeiros de café e a população em geral. Um dos principais canais de afluência de recursos gerados na economia local para o Rio estava se rompendo paralelamente à formação de um circuito comercial endógeno extremamente complexo, delineado regionalmente e cujos fluxos mais importantes vão se encontrar no mesmo espaço econômico.

É fundamental entendermos que a evolução do comércio cafeeiro do Rio de Janeiro<sup>28</sup> reorientou completamente o universo da distribuição no interior da cadeia de mercadoria do café com ele associada. O desaparecimento de setores econômicos e grupos sociais inteiros identificados com a estrutura anterior (como o próprio comissário e o antigo ensacador), secundado pela crise da produção do vale Fluminense, implicaram numa transferência do seu principal eixo produtor do próprio Vale para a zona da Mata de Minas. Sob este prisma, inverte-se o que era “marginal” ou “periférico” no interior desta cadeia de mercadorias. Do ponto de vista exclusivo das

---

<sup>28</sup> SWEIGART, J. (1980). **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888**. PhD. Thesis, University of Texas.

exportações de café, será o porto do Rio que vai se colocar em função da produção da Mata, isoladamente responsável por 70% de suas exportações<sup>29</sup>. É a produção de Minas, em grande parte, que permitirá a manutenção do Rio como um dos principais portos de exportação de café no mundo.

Mas foi a organização do sistema bancário e sua singular articulação com o setor cafeeiro na região que merecem nossa atenção neste momento. Quando lidamos com o universo financeiro das economias cafeeiras, verificamos que boa parte da estrutura da oferta e demanda pelas distintas formas de crédito decorrem, mesmo que não exclusivamente, das características agronômicas do produto, de sua organização social da produção e distribuição dos recursos no interior destas economias. A esta particular combinação de elementos biológicos, agronômicos, sociais e econômicos chamaremos de efeitos de encadeamentos financeiros, base da organização do crédito em economias agroexportadoras.

Pelo lado da demanda, a própria natureza agrícola impunha uma contraposição entre a sazonalidade típica dos rendimentos e as necessidades contínuas da manutenção da produção que só poderia ser superada pelo crédito, neste caso o crédito comercial de curto prazo, imanente às relações entre o fazendeiro e o fornecedor. Além disso, por ser uma cultura perene e que necessita de um período de tempo de 5 anos entre plantio e a primeira colheita economicamente viável, a expansão da produção só poderia ocorrer, na ausência de recursos próprios, também mediante o crédito, desta feita o de longo prazo, realizado, por exemplo, através de instrumentos como as hipotecas.

Já pelo lado da oferta, as grandes unidades produtoras implicaram, como se sabe, numa brutal concentração de renda, o que dá a esta economia altos índices de poupança, uma vez superados os mitos do consumo conspícuo e da eterna dependência

---

<sup>29</sup> MELO, H. P. (1993). **O Café e a Economia do Rio de Janeiro – 1870/1920**. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro.

financeira entre os fazendeiros e os comissários de café. Além de tudo, em uma cultura que é marcada por grandes alterações nos rendimentos anuais<sup>30</sup>, estes recursos tendem a ser aplicados em formas de poupança seguras e/ou de retorno fixo<sup>31</sup>, o que varia em função dos instrumentos e aplicações disponíveis: títulos da dívida pública, empréstimos hipotecários, debêntures etc.

Delineados estes primeiros elementos gerais da dimensão financeira das economias de exportação, podemos avançar no caso mineiro. Uma análise da dívida passiva nos inventários dos fazendeiros de café<sup>32</sup> e de sua presença nos contratos hipotecários registrados no município demonstra que se houve um predomínio do financiamento de fazendeiros com empresas e agentes do Rio de Janeiro, a partir da década de 1890 são os agentes locais (entre prestamistas, comerciantes e o Banco de Crédito Real) que se tornam os principais fornecedores de crédito para os produtores de café<sup>33</sup>. Fundado em 1889, o BCR tinha sua finalidade inicial na concessão de crédito de longo prazo para a lavoura, mas já em 1891 consegue autorização para lidar com operações comerciais típicas como descontos de títulos e depósitos, essenciais, como veremos, para o funcionamento e evolução estrutural de uma economia que vinha se modernizando<sup>34</sup>.

O Banco manteve desde o início próximas relações com o governo do estado, que acaba o utilizando como instrumento institucional de distribuição de recursos

---

<sup>30</sup> Reflexo das variações que apresenta no volume de suas colheitas e de grandes oscilações de preços no mercado, decorrentes da defasagem entre expansão do plantio e as primeiras colheitas comercializáveis. Curiosamente, no universo do livre mercado do século XIX, o café era um produto particularmente avesso ao mecanismo do equilíbrio de preços e da oferta e procura, pelo menos no curto prazo.

<sup>31</sup> KILBOURNE, R.H. (1995). **Debt, Investment, Slaves: Credit Relations in East Feliciana Parish, Louisiana, 1825-1885**. University of Alabama Press

<sup>32</sup> ALMICO, R. (2001). **Fortunas em Movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas.

<sup>33</sup> PIRES, A. (1993). Op. Cit.

<sup>34</sup> ALVARENGA FILHO, J. T. (1987). “*Alguns Traços da História Bancária de Juiz de Fora.*” In BASTOS et alii. (1987). **História Econômica de Juiz de Fora**. IHGJF, Juiz de Fora. Id. (1976). **A Criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o Relacionamento de seus Fundadores com D. Pedro II**. s. ed., Juiz de Fora.

públicos para a lavoura. Alguns, inspirados nas teses de Gerschenkron, têm visto nesta relação uma especificidade mineira<sup>35</sup>, mas não é este o caso, uma vez que talvez a principal solução para o crônico problema do crédito agrícola no Brasil passou, na Republica Velha, pela catalisação dos recursos via governos estaduais e sua redistribuição através da cadeia institucional formada pelas filiais de bancos regionais<sup>36</sup>.

Em se tratando de economias exportadoras, com base fiscal na exportação cafeeira, o que percebemos neste fenômeno é a presença de efeitos de encadeamento de natureza fiscal, diretos e regionais<sup>37</sup>. Neste sentido, o que Minas traz de específico é a assimetria entre o espaço regional responsável pela geração destes recursos e o seu centro de catalisação, como já visto, alheio e externo a este espaço. A transferência de recursos gerados pela Mata para outras regiões de Minas era inevitável no contexto político-administrativo de Minas na República Velha e, obviamente, não representa que a própria região não tenha se beneficiado destes recursos. Bem ao contrário, quando lembramos a presença do mesmo estado na construção da infraestrutura ferroviária na região, na forte presença e predomínio na distribuição de crédito para a lavoura cafeeira e no financiamento dos planos de valorização de café, particularmente importantes para a manutenção da produção na região de ocupação mais antiga da Mata.

Em Minas houve uma singular combinação entre os efeitos de encadeamento financeiros e fiscais que, guardadas as especificidades de sua economia de exportação, implicou no fechamento de um outro importante canal de evasão de recursos que caracteriza esta economia. Deve ser notado que quase todo circuito de crédito está sendo realizado no próprio espaço da região: o de curto prazo, comercial, uma vez que

---

<sup>35</sup> COSTA, F.N. (1978). **Bancos em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas

<sup>36</sup> Mesmo que em diferentes períodos, foi este o caso do Rio Grande do Sul, São Paulo e Piauí. Ver LAGEMANN, E. (1985). **O Banco Pelotense & O Sistema Financeiro Nacional**. Ed. Mercado Aberto, Porto Alegre.

<sup>37</sup> ver HIRSCHMAN, A. (1985). “*Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: uma abordagem generalizada.*” In SORJ et alii. **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. Brasiliense, São Paulo.



a estrutura de comércio desenvolvida na cidade foi capaz de prover, em grande parte, os produtores locais; e o de longo prazo, que mesmo catalisado em um espaço externo àquele da produção, retornou à região como forma de aplicação dos recursos que tinham como base a própria economia de exportação mantendo no Banco de Crédito Real e na distribuição de suas agências os seus principais componentes de distribuição.

Não que o Banco tenha sido o único provedor de crédito de longo prazo para os produtores de café. Desde meados do século XIX, quando temos registros de hipotecas para o município, podemos vislumbrar um número bastante significativo de empréstimos realizados entre os próprios fazendeiros. Aqui a demanda e oferta de crédito de longo prazo, condicionadas como foram pelos aspectos físicos e sociais da produção, confluem e tornam visível o que estamos chamando de efeitos de encadeamento financeiros. Com os desníveis na condição financeira entre vários produtores, constituiu-se um verdadeiro mercado de hipotecas na cidade e região, onde o capital especificamente agrário foi canalizado para o financiamento da própria da produção agrícola. Guardadas as condições de garantia e confiança, os empréstimos entre os fazendeiros, que tinham retorno fixo, aparentemente eram um bom negócio, uma vez que as dívidas ativas de fazendeiros de café de Juiz de Fora constituem proporções significativas no perfil geral de seus investimentos<sup>38</sup>.

Mais que isto, alguns deles aparecem inúmeras vezes nos contratos, denotando certa especialização na função e muitos como credores de empréstimos realizados com a indústria. As forças entre oferta e procura por recursos financeiros, além de estarem confluindo e delimitando um espaço econômico próprio, também foram responsáveis pela transferência de recursos entre os distintos setores da economia, um primeiro aspecto, entre outros, que utilizaremos para demonstrar que o sistema financeiro local

---

<sup>38</sup> ALMICO (2001). Op. Cit.

foi um importante espaço de captação de recursos gerados diretamente na cafeicultura para distintas formas de investimento industrial<sup>39</sup>.

Deve ficar claro que nossa definição de mercado passa, necessariamente, pela conjunção das forças de oferta e procura em um mesmo espaço econômico, tendo em vista o significado da internalização destas forças para a própria delimitação regional no caso da zona da Mata. Em se tratando de mercados financeiros (que negociam recursos no tempo) aspectos como confiança, garantia e segurança adquirem particular importância e dependem do contexto social imediato no qual estão inseridos, uma vez que são determinados pela forma como se dá a organização dos canais de transmissão de informações no interior da sociedade<sup>40</sup>. No caso de uma sociedade que ainda está constituindo uma economia de mercado é a reputação, ou seja, a forma como a sociedade vê e avalia o indivíduo, que vai se colocar como forma básica da transmissão de informações. Neste sentido, o próprio mecanismo do crédito “...era um meio público de comunicação social e de circulação de julgamentos sobre o valor de outros membros da comunidade”<sup>41</sup>. Nestas sociedades, estes mercados não estão apenas “inseridos” no contexto social, uma vez que as relações responsáveis pela transmissão de informações antecedem as atividades que lhe caracterizam.

Estes prestadores individuais de recursos desempenharam, portanto, um papel essencial na economia cafeeira local e acompanharam a própria evolução da demanda financeira de inúmeras empresas que acabaram, por seu porte, se tornando sociedades anônimas, necessitando muito mais de recursos de longo prazo do que aqueles de curto prazo. Para isso, os instrumentos que lançaram no mercado local, especialmente as debêntures, normalmente foram bem recebidas pelos fazendeiros de café e vão compor

---

<sup>39</sup> PIRES, A. (2004). OP. Cit.

<sup>40</sup> HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. AND ROSENTHAL, J-L. (2000). **Priceless Markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870**. University of Chicago Press.

<sup>41</sup> MULDREW, C. **The Economy of Obligation: The Culture of Credit and Social Relations in Early Modern England**. Palgrave, NY, p. 02

boa parte do portfólio de alguns. Sempre lembrando a presença dos efeitos de encadeamento financeiros, as debêntures, como se sabe, tinham remuneração fixa e invariavelmente eram utilizadas para investimentos no parque produtivo<sup>42</sup>. A consideração destes agentes meramente como usurários, agiotas, que ainda permeia boa parte de nossa historiografia, precisa ser revista, uma vez que foram responsáveis por um importante canal de transferência direta do capital cafeeiro especificamente agrário para o setor industrial, seja através de empréstimos hipotecários ou títulos industriais.

Já no mercado de ações a presença dos fazendeiros é maior ainda. Transpunha o setor industrial e sua presença nos inventários dos grandes produtores de café é bem anterior. Empresas representativas de setores econômicos inteiros foram organizadas por fazendeiros de café, o que inclui a rodovia União e Indústria, a fase inicial da construção de ferrovias, o próprio Banco de Crédito Real, o fornecimento de energia elétrica etc. No setor especificamente industrial podemos destacar empresas como: Cia. Chimico Industrial Mineira, Cia. Mechanica Mineira, Cia. Construtora Mineira, Cia. Laticínios de Juiz de Fora, Cia. Têxtil Santa Cruz, Cia. Indústrias Reunidas, Cia. São Vicente, Cia. Dias Cardoso, Cia. Laticínios Santa Amélia, S.A. Fábrica de tecidos São João Evangelista, Sociedade Brasileira de Tecidos Fábrica Santa Maria, entre outras. A relação dos fazendeiros de café com o mercado acionário no município sempre fora muito próxima e o capital agrário fluiu abundantemente para ele, até pelo menos a Primeira Guerra Mundial<sup>43</sup>.

No entanto, o financiamento industrial por parte do Banco de Crédito Real assumiu tamanha proporção que merece alguns comentários aqui. A relação entre bancos e indústria no período tem sido veemente negada no Brasil, dada a ênfase da literatura na crônica ausência de recursos de longo prazo para o financiamento

---

<sup>42</sup> PIRES, A. (2004). Op. Cit.

<sup>43</sup> ALMICO, R. (2001). Op. Cit.

industrial. Esta posição já pode ser relativizada, ao menos para o caso de Juiz de Fora, uma vez que entre os inúmeros empréstimos hipotecários do Banco alguns se destinam para o setor industrial, mesmo que, na verdade, não constituam a tônica dos empréstimos<sup>44</sup>. Por outro lado, não se pode esperar para o Brasil na República Velha uma estrutura de financiamento industrial que se encontra em países como os EUA e Alemanha. Estudos recentes têm demonstrado que a estrutura de financiamento industrial no Brasil na época era outra, fundamentada não na intermediação bancária de longo prazo, mas no mercado financeiro através de instrumentos como ações e debêntures, com uma devida estrutura institucional legal que garantia efetivamente os direitos de propriedade de títulos financeiros. Será a partir de 1930 que teremos a mudança neste padrão de financiamento industrial, que possui uma dinâmica muito mais importante do que se tem avaliado<sup>45</sup>.

Além de tudo, estamos lidando com um centro industrial marginal frente aos grandes centros do país. Juiz de Fora, como vimos, mantinha um parque industrial que se marcava pelo porte pequeno e médio de suas fábricas, em que pese toda diversificação da produção do município. Ora, sabe-se que em pequenas e médias unidades industriais a estrutura do capital se marca pelo predomínio do capital circulante em relação ao capital fixo, o que, por sua vez, torna o crédito de curto prazo como núcleo de seu processo de financiamento<sup>46</sup>.

Em uma economia reconhecidamente marcada pela escassez na circulação monetária<sup>47</sup>, as relações que se estabeleciam entre as diversas unidades econômicas

---

<sup>44</sup> PIRES, A. (2004). Op. cit.

<sup>45</sup> MUSACCHIO, A. (2005). **Law and Finance in Historical Perspective: Politics, Bankruptcy Law, and Corporate Governance in Brazil, 1850-2002**. PhD Dissertation, Stanford University

<sup>46</sup> COTTRELL, P.L. (1993). **Industrial Finance 1830-1914: The Finance and Organization of English Manufacturing Industry**, Gregg Revivals, Vermont. CAMERON, R. (1992). **Financing Industrialization**. Edgard Elgard/Cambridge University Press

<sup>47</sup> VILLELA, A. e SUZIGAN, W. (1973). **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira**. IPEA, Rio de Janeiro.

fundamentavam-se no crédito de curto prazo, realizado através de conta corrente, letras, notas promissórias e outros instrumentos, criando uma cadeia de débitos que muitas vezes se rompia abruptamente, com falências generalizadas. O que circulava na economia eram papéis representativos de valor, promessas de pagamento a serem realizadas no futuro. Neste contexto, a liquidez necessária para o funcionamento dos circuitos de crédito e pagamento final das obrigações vai depender em grande parte dos bancos, que tinham, na época, justamente no desconto de títulos o fundamento de suas operações. Se associarmos este aspecto ao padrão de acumulação industrial típico do período, que implicava na retenção de lucros para futuros investimentos e crescimento das firmas, percebemos que as operações de desconto bancários vão se colocar como base do financiamento e evolução industrial do município, permitindo inclusive que muitas delas saíssem de uma escala quase manufatureira para unidades industriais imensas<sup>48</sup>.

Neste contexto local e regional não é um exagero fazer uma analogia com os Bancos Regionais e o que representaram no financiamento de outras experiências de industrialização<sup>49</sup>: são verdadeiros motores de crédito, sem os quais o próprio processo de industrialização e transição capitalista não se efetivaria.

Esperamos ter reunido neste artigo argumentos suficientes para uma reavaliação da posição que a economia cafeeira de Minas ocupou no contexto do país no período aqui em vigor. Sua notória delimitação como espaço econômico (como uma região), o comportamento singular de seu ciclo produtivo e dinâmica de produção agroexportadora, a organização das relações de produção no pós-abolição, a natureza específica de seu processo de industrialização, de expansão comercial e financeira, denotam uma variação estrutural e setorial que acabou implicando na internalização e

---

<sup>48</sup> PIRES, A. (2004). Op. Cit.

<sup>49</sup> COTTRELL, P.L. (1993). Op. Cit. CAMERON, R. (1992). Op. cit.

retenção de boa parte dos fluxos de recursos gerados em sua produção em seu espaço próprio.

A reinversão destes recursos na própria economia local possibilitou a formação de circuitos comerciais e financeiros que, além de se completarem internamente, permitiram que esta realizasse, à sua forma, a transição capitalista. Mais ainda, esta circularidade no fluxo dos recursos regionais também permite sua devida classificação como um *complexo agroexportador*, específico quando lembramos suas limitações estruturais como economia exportadora interiorana (não apenas no sentido da ausência de um porto, mas também por seu núcleo urbano não coincidir com a capital) que lhe impõe uma condição periférica no quadro de outros complexos do país.

Já como base de uma cadeia global de mercadorias, onde a Mata se colocou como uma das principais regiões da oferta mundial, em que pese o papel central desempenhado pelo porto do Rio, deve ser destacada a transferência de seu eixo de produção do Vale do Paraíba para a zona da Mata, com devida permanência da importância deste porto como exportador mundial de café.

Seja como for (e esta é nossa proposta fundamental), abrem-se importantes instrumentos metodológicos para o delineamento de um modelo que consiga explicar a dinâmica e o comportamento da economia cafeeira de Minas.